



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## CONTRATO CNMP Nº 29/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP, E A PESSOA JURÍDICA PROCEL EIRELI. (PROCESSO Nº 19.00.6160.0001222/2021-44 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2021)

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, CNPJ nº 11.439.520/0001-11, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, quadra 2, lote 3, Edifício Adail Belmonte, Brasília/DF, representado neste ato por seu Secretário de Administração, **MATEUS WILLIG ARAUJO**, brasileiro, servidor público, CNH nº 02934743093 – DETRAN/DF, CPF nº 009.487.651-78, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria CNMP-SG nº 319, de 20 de outubro de 2020, ou, nas ausências e impedimentos deste, por sua substituta, **FABIANA BITTENCOURT GARCIA SOARES DE LIMA**, brasileira, servidora pública, RG nº 15.647.575 SSP/MG, CPF nº 045.196.836-02, no uso da competência que lhes foi atribuída pela Portaria CNMP-SG nº 319, de 20 de outubro de 2020, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a Pessoa Jurídica **PROCEL EIRELI**, CNPJ nº 23.801.648/0001-62, estabelecida na SRTVS 701, nº 70, Conjunto E, Bloco 2/4, Sala 106, Cond. Palácio do Rádio II, Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70340-902, neste ato representada por **DENER RODRIGUES VALADÃO VASCONCELOS**, inscrito no RG sob o nº 3.193.843 – SSP/DF, e no CPF sob o nº 052.095.331-23, residente e domiciliado em Taguatinga/DF, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no Processo CNMP nº 19.00.6160.0001222/2021-44, referente ao Pregão Eletrônico CNMP nº 16/2021, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e, ainda, pelo Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 10.024/2019, pela Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças com prestação de serviços técnicos para instalação de medidores, sensores de nível de água, chaves boias e dispositivos de controle, com fornecimento de licença de software para atualização e integração ao sistema de automação predial existente no Edifício-Sede do Conselho nacional do Ministério Público.

Parágrafo único. A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como, às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes do Processo nº 19.00.6160.0001222/2021-44, e que, independentemente de transcrição, são parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariem:

- a) Edital de Pregão CNMP nº 16/2021, Termo de Referência e demais anexos;
- b) Ata da Sessão do Pregão, iniciada e encerrada em 20/7/2021;
- c) Proposta final firmada pela CONTRATADA em 19/7/2021, contendo o valor global e unitário dos serviços a serem executados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas do Edital e ou do Termo de Referência:

- 1) Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 2) Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 3) Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4) Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 5) Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.
- 6) Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no termo de referência e no contrato.

Parágrafo primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

Parágrafo segundo. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e ou do Termo de Referência e, ainda, em especial:

- 1) Executar os serviços contratados em conformidade com o Termo de Referência – Anexo I do Edital, o qual fornece todas as orientações do CONTRATANTE;
- 2) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3) Relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do Gestor/Fiscal do Contrato;
- 4) Indicar, formalmente, preposto devidamente credenciado, visando a estabelecer contatos com o representante do CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;
- 5) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 6) Manter, quando nas dependências do CONTRATANTE, os empregados devidamente identificados, por meio de crachás, e uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, quando necessário, observando, ainda, as normas internas e de segurança;
- 7) Responsabilizar-se pelas despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, os quais não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE;
- 8) O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 9) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, **sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;**
- 10) Não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual;

11) Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12) Disponibilizar uma conta *e-mail* para fins de comunicação entre as partes, e manter atualizados o endereço comercial e os números de telefone e de fax;

13) Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pelo CONTRATANTE;

14) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

15) Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, do CONTRATANTE;

16) Não utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão do presente Contrato;

17) Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente do trabalho, dano ou prejuízo causado ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros, decorrente da execução do serviço contratado;

18) Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Contrato.

19) Independente de declaração expressa, cientificar-se e submeter-se, no que couber, ao disposto no CÓDIGO DE ÉTICA DO CNMP, estabelecido pela Portaria CNMP-PRESI Nº 44, de 9 de abril de 2018.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, **contados a partir da data de sua assinatura**, não podendo ser prorrogado e em conformidade com o cronograma de execução constante na tabela do subitem 11.1 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

O valor global do contrato é de R\$ 122.412,48 (cento e vinte e dois mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e oito centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	HIDRÔMETRO MULTIJATO RELOJOARIA PLANA FIXA 40°C DN 1.1/2" QN 10 - DEVE POSSUIR SENSOR EMISSOR DE SINAL TIPO PULSO IMPLEMENTADO	UNIDADE	11	R\$ 1.389,75	R\$ 15.287,25
2	CONTROLADORA DAC1600 - DELTA CONTROLS	UNIDADE	1	R\$ 6.404,70	R\$ 6.404,70
3	CONTROLADORA DFM1600 - DELTA CONTROLS	UNIDADE	1	R\$ 5.931,03	R\$ 5.931,03
4	CONTROLADORA DFM400P - DELTA CONTROLS	UNIDADE	4	R\$ 4.565,54	R\$ 18.262,16
5	CHAVE DE NÍVEL DO TIPO BOIA PERA	UNIDADE	10	R\$ 68,51	R\$ 685,10
6	TRANSMISSOR DE NÍVEL DO TIPO HIDROSTÁTICO	UNIDADE	1	R\$ 1.955,10	R\$ 1.955,10
7	TRAFO 220V para 24v	UNIDADE	2	R\$ 235,58	R\$ 471,16
8	BLOCO DE CONTATO AUXILIAR PARA BOTOEIRA PENDENTE, 1NA	UNIDADE	2	R\$ 36,66	R\$ 73,32
9	QUADRO DE COMANDO - 500X500X200	UNIDADE	2	R\$ 1.007,19	R\$ 2.014,38
10	SUORTE PARA DISJUNTOR DIN - TRILHO DIM - AÇO GALVANIZADO - 1 Metro	BARRA	1	R\$ 22,08	R\$ 22,08

11	DISJUNTOR UNIPOLAR 16A -CURVA C	UNIDADE	2	R\$ 28,95	R\$ 57,90
12	TOMADA PARA TRILHO	UNIDADE	2	R\$ 34,36	R\$ 68,72
13	BORNE - TERMINAL DE PASSAGEM (SAK) - FASE 2,5 MM	UNIDADE	100	R\$ 2,46	R\$ 246,00
14	CANALETA RECORTE ABERTO 30X30 CINZA	BARRA	4	R\$ 40,05	R\$ 160,20
15	CABO PARA CONTROLE/INSTRUMENTAÇÃO ELETRÔNICA COM 2 VIAS DE ÁREA MÍNIMA DE 1 MM2 CADA UMA - máximo 17 AWG POR VIA - COM BLINDAGEM COLETIVA COM FITA DE POLIESTER ALUMINIZADA OU MALHA EM COBRE ESTANHADO, COM COBERTURA EM COMPOSTO TEMERMOPLASTICO EM PVC PARA ISOLAÇÕES 70 GRAUS CELSIUS RESISTENTE A CHAMA - CONDUTOR EM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TEMPERA MOLE, ECORDOAMENTO CLASSE 5. NORMAS APLICÁVEIS: NBR-7289, NM-280 - ROLO DE 100 Metros	ROLO	4	R\$ 648,57	R\$ 2.594,28
16	CABO PP FLEXÍVEL COM 2 VIAS DE ÁREA MÍNIMA DE 1 MM2 CADA UMA - máximo 17 AWG POR VIA - COM COBERTURA EM COMPOSTO TEMERMOPLASTICO EM PVC PARA ISOLAÇÕES 70 GRAUS CELSIUS RESISTENTE A CHAMA - CONDUTOR EM FIOS DE COBRE ELETROLÍTICO NU, TEMPERA MOLE, ECORDOAMENTO CLASSE 5. NORMAS APLICÁVEIS: NBR NM 280 e NBR NM 247-2 - ROLO DE 100 Metros	ROLO	2	R\$ 513,83	R\$ 1.027,66
17	CONJUNTO COMPOSTO POR UMA BARRA DE 3 METROS DE COMPRIMENTO DE ELETRODUTO RÍGIDO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, UMA LUVA SEM ROSCA PARA ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO 3/4", DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO D DIÂMETRO DE 3/4"	UNIDADE	26	R\$ 29,87	R\$ 776,62
18	CONJUNTO COMPOSTO POR CONDULETE ALUMÍNIO TIPO MULTIPLO 3/4" COM TAMPA CEGA SUPERIOR E 02 TAMPÕES PARA OS FUROS NÃO UTILIZADOS E 02 BOX RETOS	UNIDADE	18	R\$ 20,18	R\$ 363,24
19	CONJUNTO COMPOSTO POR UMA BARRA DE 3 METROS DE COMPRIMENTO DE ELETRODUTO RÍGIDO DE AÇO GALVANIZADO LEVE, UMA LUVA SEM ROSCA PARA ELETRODUTO EM AÇO GALVANIZADO 1", DUAS ABRAÇADEIRAS METÁLICAS TIPO D DIÂMETRO DE 1".	UNIDADE	16	R\$ 36,66	R\$ 586,56
20	CONJUNTO COMPOSTO POR CONDULETE ALUMÍNIO TIPO MULTIPLO 1" COM TAMPA CEGA SUPERIOR E 02 TAMPÕES PARA OS FUROS NÃO UTILIZADOS E 02 BOX RETOS	UNIDADE	18	R\$ 26,52	R\$ 477,36
21	LUVA ROSCÁVEL E SOLDÁVEL PVC MARROM 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO	UNIDADE	22	R\$ 17,20	R\$ 378,40
22	LUVA DE UNIÃO PVC MARROM 40MM 1.1/4" ÁGUA FRIA - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO	UNIDADE	22	R\$ 43,14	R\$ 949,08
23	TUBO SOLDÁVEL PARA ÁGUA FRIA PVC MARROM 3 METROS DE COMPRIMENTO DIÂMETRO DE 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO	UNIDADE	2	R\$ 100,30	R\$ 200,60
24	JOELHO 90° SOLDA PVC MARROM 40MM 1.1/4" - TIGRE OU AMANCO - CONFORME PADRÃO DA EDIFICAÇÃO	UNIDADE	8	R\$ 11,71	R\$ 93,68
25	ABRAÇADEIRA PARA FIXAR TUBOS PLÁSTICOS NA HORIZONTAL OU NA VERTICAL 1.1/4" - 40MM	UNIDADE	22	R\$ 2,86	R\$ 62,92

26	FORNECIMENTO DO SOFTWARE enteliWEB - DELTA CONTROLS, COM SUPORTE PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL, OPÇÃO DE LICENCIAMENTO eW500 COM OS SEGUINTE COMPLEMENTOS: - EV enteliVIZ graphics; -EM Energy management	LICENÇA	1	R\$ 27.787,98	R\$ 27.787,98
27	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, INTEGRAÇÃO DOS DISPOSITIVOS, DESENVOLVIMENTO DO MÓDULO DE AUTOMAÇÃO COM TELAS GRÁFICAS, REGISTRO DE DADOS E EMISSÃO DE RELATÓRIOS, TESTES E COMISSIONAMENTO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE LICENÇAS COMPLEMENTARES DO SISTEMA DELTA CONTROLS PARA IMPLANTAÇÃO, MONITORAMENTO E REGISTRO DOS NOVOS PARÂMETROS	SERVIÇO	1	R\$ 35.475,00	R\$ 35.475,00
<b>VALOR TOTAL ANUAL (R\$):</b>					<b>R\$ 122.412,48</b>

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme o subitem 11.2 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CNPJ nº 11.439.520/0001-11**, e ainda, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. Sobre o valor da Nota Fiscal, a CONTRATANTE fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na **Instrução Normativa SRF nº 1.234/2012**.

Parágrafo terceiro. Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/1996), não serão feitas as retenções de que trata a citada instrução normativa, ficando a CONTRATADA nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da mesma Instrução Normativa SRF nº 1.234/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

Parágrafo quarto. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente à Nota Fiscal/Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo sexto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo sétimo. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa

de atualização financeira devida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, conforme disposto na Instrução Normativa MPOG nº 5/2017, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

**I** = Índice de atualização financeira;

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso.

**Parágrafo oitavo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.**

## **CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução deste Contrato correrão, neste exercício, à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União, Conselho Nacional do Ministério Público, Plano de Gestão 2021, Programa (PTRES) nº 174664, Fonte 0100000000, Naturezas das Despesas 3.3.9.0.30.24 (Material p/ manutenção de bens imóveis/instalações), 3.3.9.0.30.26 (Material elétrico e eletrônico) e 3.3.9.0.40.60 (Locação de softwares), Iniciativa PG\_21\_COENG\_001.

Parágrafo único. Para cobertura da despesa foram emitidas as Notas de Empenho números 2021NE000304 e 2021NE000305, ambas de 9/8/2021, à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

## **CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

A CONTRATADA prestará garantia e assistência técnica dos dispositivos fornecidos e dos componentes a eles associados, nos termos do item 9 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA DEZ – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições do Contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços e fornecimento de componentes objeto deste Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, consoante o disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

## **CLÁUSULA ONZE – DAS RESPONSABILIDADES**

A CONTRATADA responderá civil e criminalmente pelos prejuízos causados ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA responderá civilmente pelos furtos e roubos que porventura venham a ocorrer no interior das dependências do CONTRATANTE, nos casos em que ficar comprovado dolo ou culpa de seus prepostos ou empregados.

Parágrafo segundo. Na hipótese de verificação dos danos, a CONTRATADA ficará obrigada a promover a reposição do bem em condições idênticas ou o ressarcimento a

preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.

Parágrafo terceiro. Caso a CONTRATADA não promova a reposição do bem nos termos do Parágrafo segundo desta Cláusula, dentro do prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês.

## **CLÁUSULA DOZE – DO RECURSO**

É admissível recurso dos atos do CONTRATANTE, decorrentes da execução deste Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva ciência, conforme art. 109, da Lei nº 8.666/1993.

## **CLÁUSULA TREZE – DAS PENALIDADES E RECURSOS**

A CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993 em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições do presente Contrato.

Parágrafo primeiro. Conforme o disposto no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019 e no Acórdão 754/2015 – TCU, a licitante que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e, se for o caso, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo de multa de até 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais.

Parágrafo segundo. Uma vez iniciada a execução dos serviços contratados, a sua prestação de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas poderá acarretar, além do previsto nos parágrafos anteriores desta Cláusula, resguardados os procedimentos legais pertinentes:

- a) advertência;
- b) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial, nas hipóteses previstas no item – Das Sanções Administrativas, do Termo de Referência – Anexo I do Edital.
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

Parágrafo terceiro. No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

Parágrafo quarto. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/1993 e a constantes do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

Parágrafo quinto. De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/1993, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo sexto. Da aplicação das penas definidas no § 1º e no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

Parágrafo sétimo. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/1993, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo oitavo. Na comunicação da aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o recurso.

Parágrafo nono. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo, no setor de protocolo do CONTRATANTE, localizado no edifício Adail Belmonte, situado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 3 Lote 2, Brasília/DF, nos dias úteis, das 13h às 17h.

Parágrafo dez. As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, § 2º da Lei 8.666/1993).

Parágrafo onze. As multas aplicadas são deduzidas do valor do pagamento devido ao licitante vencedor, quando possível, ou cobradas por via de procedimento extrajudicial ou judicial, conforme o caso.

## **CLÁUSULA QUATORZE – DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; e
- c) Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo terceiro. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo quarto. De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/1993, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da



mesma lei, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) Devolução de garantia, se houver;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) Pagamento do custo de desmobilização.

Parágrafo quinto. A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

- a) Execução da garantia contratual para ressarcimento, ao CONTRATANTE, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;
- b) Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

## CLÁUSULA QUINZE – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

Parágrafo único. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

## CLÁUSULA DEZESSEIS – DA PUBLICIDADE

Incumbirá ao CONTRATANTE, à sua conta e no prazo estipulado no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000, a publicação do Extrato deste Contrato e dos Termos Aditivos no Diário Oficial da União.

## CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Brasília/DF para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente, oriundas das obrigações aqui estabelecidas.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato assinado pelas partes.

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO  
CONTRATANTE**

**PROCEL EIRELI  
CONTRATADA**



Documento assinado eletronicamente por **dener rodrigues valadao vasconcelos, Usuário Externo**, em 20/08/2021, às 09:16, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Willig Araujo, Ordenador de Despesas**, em 20/08/2021, às 16:09, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0521205** e o código CRC **16484D55**.

---